



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681212 - RS (2021/0225322-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : REINALDO DA SILVA GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REINALDO DA SILVA GONÇALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5080033-47.2021.8.21.7000).

O paciente foi preso em flagrante e teve sua prisão convertida em preventiva, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas. A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem e teve a ordem denegada.

Sustenta a impetrante que a fundamentação da decisão de prisão cautelar limita-se a reproduzir o fundamento da gravidade abstrata do delito. Aduz que a jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que fundamentos vagos, aproveitáveis em qualquer outro processo, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque nada dizem acerca da real periculosidade do agente, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos. Aponta que a quantidade de droga supostamente apreendida (60 pedras de crack) não indica, por si só, a presença de perigo de liberdade. De outro lado, a existência de 4 ações penais por furto não teria o condão de afastar a possibilidade de concessão da liberdade provisória, pois, em casos análogos ao do paciente, o STJ já teria concedido a prisão domiciliar/liberdade.

Requer, liminarmente, seja suspensa a execução da pena até o julgamento final deste. No mérito, a concessão da ordem para determinar que o paciente seja posto em liberdade ou, alternativamente, concedida a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente